DECISÃO SINGULAR DSG - G.ICN - 6364/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/8504/2015
PROTOCOLO	: 1602142
ÓRGÃO	: SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
JURISDICIONADO	: CARLOS ALBERTO DE ASSIS
CARGO DO JURISDICIONADO	: SECRETARIO DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO APOSENTADORIA COMPULSÓRIA
INTERESSADO	: MIGUEL MARIANO DE OLIVEIRA
ÓRGÃO JULGADOR	: JUIZO SINGULAR
RELATOR	: CONS. IRAN COELHO DAS NEVES

EMENTA

ATO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA - ATENDIDOS OS REQUISITOS LEGAIS E REGIMENTAIS – PROVENTOS INTEGRAIS — ATOS LEGAIS E REGULARES – REGISTRO.

Trata-se do exame de Ato de Concessão de Aposentadoria Compulsória deferido pela Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, tendo como beneficiário o servidor **Miguel Mariano de Oliveira**, Matrícula nº 6750.023.

O ato concessório foi formalizado pelo Decreto "P" nº 1.888, de 22 de abril de 2015, ora examinado, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.913, do dia 6 de maio de 2015 (fl. 236) e protocolizado, tempestivamente, nesta Corte de Contas no dia 14 de maio de 2015 (fl. 2).

Examinando o feito, a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal emitiu a Análise ANA-ICEAP-16547/2016 (fls. 237/239), concluindo pelo registro do ato de concessão de aposentadoria ora apreciado.

Submetido à apreciação do douto Ministério Público de Contas, este órgão ministerial exara o r. Parecer PAR – 2ª PRC – 5707/2017 (fl. 240) opinando pelo registro do ato de aposentadoria ora apreciado por atender aos requisitos legais.

É o que cabe relatar.

Cumpridos os pressupostos processuais e estando regularmente instruído, passo ao exame do mérito, nos termos do artigo 112, II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013.

Versam os presentes autos sobre o exame do Ato de Concessão de Aposentadoria Voluntária deferido pela Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV/MS, tendo como beneficiário o servidor **Miguel Mariano de Oliveira**, Matrícula nº 6750.023.

O ato concessório foi formalizado pelo Decreto "P" nº 1.888, de 22 de abril de 2015, ora examinado, devidamente publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso do Sul nº 8.913, do dia 6 de maio de 2015 (fl. 236) e protocolizado, tempestivamente, nesta Corte de Contas no dia 14 de maio de 2015 (fl. 2).

Constam dos autos os requisitos básicos para a concessão do beneficio ora examinado consignados na Certidão de Tempo de Contribuição estando assim resumidos (fl. 217):

Tipo de Ato	Aposentadoria Compulsória
Tempo de Contribuição	37 (trinta e sete) anos e 12 (doze) dias
Cálculo dos Proventos	Integrais

Instada a se manifestar a Agência de Previdência do Estado de Mato Grosso do Sul – AGEPREV opina pelo deferimento do pleito, nos seguintes termos (fl. 223), *verbis:*

> Consubstanciados nos dispositivos supramencionados e, considerando os documentos colacionados aos autos, especialmente a Certidão de Tempo de Contribuição à f. 206 considerando ainda, documentos de identificação acostados, comprovando a idade (**70 anos**, completados em **08 de maio de 2014**), sugerimos a declaração da aposentadoria compulsória ao requerente, com fulcro no **artigo 40, § 1", da Lei n" 3.J50, de 22.12.2005 com efeitos a partir de 08 de maio de 2014,**
>
> Entretanto, verifica-se que o servidor conta com mais de 35 anos de tempo de contribuição conforme Certidão de Tempo de Contribuição de fls. 206, motivo pelo qual será concedida a aposentadoria compulsória com proventos integrais.

A Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal após percuciente análise dos documentos que instruem o feito concluiu pelo registro do ato ora apreciado, nos seguintes termos (fl. 238), in verbis:

> **5 – DO DIREITO E SEU FUNDAMENTO**
>
> O direito que ampara a Aposentadoria está previsto no **40**, § 1º, c/c o art. 76 e o art. 77, todos da Lei nº 3.150, de 22.12.2005, conforme Decreto "P" nº 1.888, publicado no Diário Oficial do Estado nº 8.913, de 6.5.2015, pág. 235.

[..]

7 – DA CONCLUSÃO

Face ao exposto, esta Inspetoria conclui a instrução processual sugerindo o **REGISTRO** da presente Aposentadoria Compulsória.

O douto Ministério Público de Contas adota a mesma linha de entendimento e exara o r. Parecer opinando pela legalidade e regularidade de todo o processado com o consequente registro do ato em apreço, nos seguintes termos (fl. 240), *verbis:*

> Pelo exame do feito, denota-se que foram cumpridas as exigências preconizadas nas normas constitucionais, legais e regimentais desta Corte, razão pela qual este Ministério Público de Contas, acompanhando o entendimento técnico supra e com fulcro no inciso I, artigo 18 c/c o inciso II, artigo 34, ambos da Lei Complementar Estadual sob o n. 160/2012, pronuncia-se pelo registro do ato de pessoal em apreço.

Assiste razão ao eminente Procurador de Contas tendo em vista que conforme testemunha o Corpo Técnico o ato de aposentadoria ora apreciado evidencia que foram observadas as disposições legais regedoras da matéria, estando regularmente formalizado e apto, portanto, a produzir os efeitos a que se destina.

Diante do exposto, acolho a manifestação do Corpo Técnico e o r. Parecer do Ministério Público de Contas e, com fundamento nos arts 21, III e 34, II, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c os arts. 4º, III, "a", 10, I e 173, I, "b", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013,

DECIDO:

1 – Pelo **REGISTRO** do Ato de Concessão de Aposentadoria Compulsória com **proventos integrais**, amparado no art. 40, § 1º, c/c os arts. 76 e 77, todos da Lei Estadual nº 3150/2005, tendo sido observadas, portanto, as disposições constitucionais e legais, relativamente a servidora abaixo nominada:

SERVIDOR	CARGO
MIGUEL MARIANO DE OLIVEIRA CPF nº: 126.127.746-53 Matrícula nº 6750023 Quadro: Permanente	ANALISTA AMBIENTAL

2- pelo retorno à Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal para as providências preconizadas no art. 174, §3º, II, "a", do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

3 - É a decisão.

4 – Publique-se, nos termos do art. 50, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c o art. 70, § 3º do Regimento Interno aprovado pela Resolução Normativa TC/MS 76/2013.

Campo Grande/MS, 28 de junho de 2017

Cons. Iran Coelho Das Neves
Relator